

O camarão e a prefeitura

A queixa contra a teimosia do BCB é um filme velho e ruim.

Ressalvada a conversa, logo a seguir, sobre o nível dos juros e suas causas, é lamentável o ataque à instituição e a seus dirigentes pessoalmente (“aquele cidadão”), e sobretudo o questionamento ao saber especializado sobre os assuntos monetários.

Tudo isso, dessa vez, não tanto pela decisão de manter os juros, mas porque faltou uma palavra ou outra no comunicado.

Retroagimos ao coro, formado de áulicos, além do Presidente, que “não vê fundamento” no que tem feito o BCB e, dessa vez, os queixumes não têm origem apenas no Palácio, mas no “conselhão”¹, o que seria indicativo da “representatividade” do pleito

A ideia de a política monetária ser definida em uma espécie de assembleia da sociedade civil, algo como uma câmara setorial da moeda, também é velha e ruim. Além de errada.

Foi assim que o CMN (Conselho Monetário Nacional) foi capturado e produziu uma hiperinflação no Brasil.

O “conselhão” foi originalmente concebido para ser a câmara setorial das câmaras setoriais, e por isso o sociólogo Chico de Oliveira, o designava como o “camarão”. Um achado.

Felizmente, o camarão tem sido uma inutilidade inofensiva. Que continue assim.

Mas vamos falar sobre o Kevin, o assunto indefensável, o fundamento para o juro alto.

Até mesmo os estagiários da Faria Lima sabem que o fiscal está ruim e que o “arcabouço” não é uma solução, mesmo sendo um passo na direção certa. Os aplausos são merecidos, mas é preciso ver para crer. O equilíbrio fiscal nunca foi a fé dessas pessoas no governo.

Mas a torcida é forte, tanto que a S&P (agência de classificação de risco) publicou que pode melhorar a nota de risco brasileira. Eles reafirmaram a nota

¹ É como é chamado o CDEESS (Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável), órgão de assessoramento ao Presidente recriado pela MP 1.154/23, agora Lei 14.600/2023, com cerca de 200 conselheiros “maiores de idade, de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados por livre escolha do Presidente” (Decreto 11.454/2023).

atual (BB-), que é ruim, equivalente a um 4,0 numa escala de 0 a 10, mas vai melhorar, eles dizem, se vierem as entregas. Tomara que sim.

Perguntas de livro-texto: como deve se comportar a Autoridade Monetária quando os “fundamentos fiscais” não estão bons? Como não se preocupar com a inflação se o fiscal está ruim, sem ser catastrófico, e o governo quer capturar a agência reguladora da moeda? Será que a conta fecha?

O governo não quer conversar sobre redução de despesa e sabe que vai ser uma pedreira para aumentar os impostos. Pior: não há espaço para mais endividamento e a fábrica de papel pintado está fechada. O governo esperneia, flerta com fórmulas criativas que já deram errado no passado, mas o fato é que a União ficou parecida com uma prefeitura. Não há dinheiro para o tanto de coisa que tem para fazer. O ministro Haddad sabe como é.